

MAURICIO GODINHO DELGADO

**CURSO
DE
DIREITO DO TRABALHO**

4ª edição



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Delgado, Mauricio Godinho
Curso de direito do trabalho / Mauricio Godinho
Delgado. — 4. ed. — São Paulo : LTr, 2005.

Bibliografia.
ISBN 85-361-0641-7

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho —
Brasil I. Título.

04-7507

CDU-34:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|---------------------------------|---------------|
| 1. Brasil : Direito do trabalho | 34 : 331 (81) |
| 2. Direito de trabalho : Brasil | 34 : 331 (81) |

Produção Gráfica, Editoração Eletrônica e Revisão: **IMOS LASER**
Capa: **ROGERIO MANSINI**
Impressão: **BOOK**

(Cód. 3071.2)

© Todos os direitos reservados



EDITORA LTDA.

Rua Apa, 165 — CEP 01201-904 — Fone (11) 3826-2788 — Fax (11) 3826-9180
São Paulo, SP — Brasil — www.ltr.com.br

Janeiro, 2005

Para Lucilia, Gabriela e Marina.

*Aos que acreditam, contribuindo para sua realização,
nas idéias de Justiça e Direito, inclusive em sua particularização
socialmente indispensável, o Direito do Trabalho.*

SUMÁRIO

LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	49
II. DEFINIÇÃO	49
III. DENOMINAÇÃO	52
IV. CONTEÚDO	55
V. FUNÇÕES	58
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA	62
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	63

CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	66
II. AUTONOMIA	66
III. NATUREZA JURÍDICA	70
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO ..	75
1. Relações com o Direito Constitucional	75
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos	76
3. Relações com o Direito Civil	78
4. Relações com o Direito Previdenciário	79

CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	81
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS	81
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	83
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO ..	87

V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	92
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	94
2. Sistematização e Consolidação	95
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	96
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho	97
VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	99
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	99
A) Normatização Autônoma e Privatística	100
B) Normatização Privatística Subordinada	100
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	101
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	102

CAPÍTULO IV

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO	105
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO	105
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas	106
2. Institucionalização do Direito do Trabalho	109
Análise Comparativa	112
3. Crise e Transição do Direito do Trabalho	114
Transição Democrática Aliada à Crise do Ramo Jurídico	115
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL	118
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista	118
2. Modelo Justrabalista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica	120
IV. A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA	122
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988	123
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira	124
B) A Carta de Direitos de 1988	126
2. Contradições Antidemocráticas da Constituição de 1988	127
Corporativismo <i>Versus</i> Democracia	129
3. Transição Refreada: impasses constitucionais de 1988	133
4. Modelo Justrabalista: transição ou continuidade?	135

CAPÍTULO V

ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	137
---------------------	-----

II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	137
1. Conceito	137
2. Classificação	138
A) Fontes Materiais	139
B) Fontes Formais	141
Heteronomia e Autonomia	142
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	144
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	145
1. Constituição	145
A) Sentido Material e Sentido Formal	145
B) Eficácia Jurídica da Carta Constitucional	147
a) Vertente Tradicional	147
b) Vertente Moderna	148
c) Análise Comparativa	151
2. Lei (e Medida Provisória)	152
3. Tratados e Convenções Internacionais	154
4. Regulamento Normativo (Decreto)	156
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares	156
6. Sentença Normativa	157
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	159
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho	159
Aderência Contratual	161
2. Contrato Coletivo de Trabalho	163
3. Usos e Costumes	165
VI. FIGURAS ESPECIAIS	166
1. Figuras Justrabalhistas Especiais	166
A) Laudo Arbitral (Arbitragem)	166
B) Regulamento Empresarial	168
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais	169
A) Jurisprudência	169
B) Princípios Jurídicos	171
C) Doutrina	172
D) Eqüidade	172

3. Referências Finais	174
A) Analogia	174
B) Cláusulas Contratuais	174
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS	175
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	176
2. Hierarquia Normativa: especificidade justralhista	177
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista	179
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento	181

CAPÍTULO VI

PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	184
1. Ciência e Princípios	185
2. Direito e Princípios	186
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	187
1. Fase Pré-jurídica ou Política	187
2. Fase Jurídica	188
A) Princípios Descritivos (ou Informativos)	188
B) Princípios Normativos Subsidiários	188
C) Princípios Normativos Concorrentes	189
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES	191
1. Princípios Gerais — adequações	192
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	194
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	195
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	196
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais	197
A) Princípio da Proteção	197
B) Princípio da Norma Mais Favorável	199
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas	201
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas	201
E) Princípio da Condição Mais Benéfica	202
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	203
Intangibilidade Contratual Objetiva	205
G) Princípio da Intangibilidade Salarial	206

H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	208
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	209
2. Princípios Justrabalistas Especiais Controvertidos	212
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	212
B) Princípio do Maior Rendimento	214
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	216
1. Diferenciação de Figuras	216
2. Extensão da Indisponibilidade	217
3. Requisitos da Renúncia e Transação	219
A) Renúncia	219
B) Transação	220

CAPÍTULO VII INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	222
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	222
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	222
2. A Interpretação no Direito	224
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma	225
B) Interpretação do Direito Construído	225
3. Hermenêutica Jurídica	226
A) Distinções Relevantes	226
B) Função da Interpretação Jurídica	229
C) Tipologias da Interpretação Jurídica	231
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação	231
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação	233
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação	233
D) Principais Métodos de Exegese do Direito	233
E) Sistemas Teóricos de Interpretação	236
a) Hermenêutica Tradicional	237
b) Escola Exegética Francesa	237
c) Escola Histórico-evolutiva	238
d) Escola da Interpretação Científica	238
e) Escola da Livre Investigação	238
f) Contraponto Avaliativo	239
F) Especificidade da Interpretação Justrabalista	239

III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	241
1. Conceituação	241
2. Tipos de Integração Jurídica	242
3. Procedimento Analógico	243
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	244
1. Conceituação	244
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	245
Princípio da Aderência Contratual	246
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	248

CAPÍTULO VIII PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	250
II. DISTINÇÕES CORRENTES	252
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	252
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição	253
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	254
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	254
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO ..	256
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	256
2. Causas Interruptivas	257
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS	258
1. Fatores Tipificados	258
Critério da <i>Actio Nata</i>	259
2. Outros Fatores Atuantes	260
VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS	260
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA	262
1. Prazos Prescricionais	263
A) Prescrição nos Contratos Urbanos	263
B) Prescrição nos Contratos Rurais	265
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000)	265
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000)	266
C) Prescrição nos Contratos Domésticos	267
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	269
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias	271

2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição	272
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa	272
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria	272
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial	275
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento	276
A) Legitimidade para Arguição	276
B) Momento Próprio para Arguição	278
a) Arguição na Fase de Conhecimento	278
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução	279
4. Prescrição Intercorrente	280

**LIVRO II
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO IX
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO**

I. INTRODUÇÃO	285
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego	285
II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO	287
1. Distinções na História do Direito	288
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia	289
A) Trabalho por Pessoa Física	291
B) Pessoalidade	291
C) Não-eventualidade	293
a) Eventualidade <i>versus</i> Não-eventualidade: teorias	294
b) Trabalho Eventual: caracterização	297
D) Onerosidade	298
E) Subordinação	301
a) Conceito e Caracterização	302
b) Natureza da Subordinação	303
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO	305
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO	307
1. Teorias Contratualistas Tradicionais	309
A) Teoria do Arrendamento	309
B) Teoria da Compra e Venda	310

C) Teoria do Mandato	311
D) Teoria da Sociedade	312
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica	312
2. Teoria Contratualista Moderna	313
3. Teorias Acontratualistas	316
A) Teoria da Relação de Trabalho	316
B) Teoria Institucionalista	318
C) Acontratualismo: análise crítica	319

CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO *LATO SENSU*

I. INTRODUÇÃO	321
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA	322
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	323
1. Requisitos Formais	325
2. Requisitos Materiais	326
3. Estágio: avaliação crítica	327
IV. CONTRAPONTO COOPERATIVA <i>VERSUS</i> EMPREGADO	328
1. Princípio da Dupla Qualidade	329
2. Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada	330
V. TRABALHO AUTÔNOMO	334
1. Prestação de Serviços e Empreitada	336
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	337
3. Pequena Empreitada: especificidade	337
VI. TRABALHO EVENTUAL	339
VII. TRABALHO AVULSO	341
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO	343

CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO	347
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal	347
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	348
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	349
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral	350
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94)	350

B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94)	352
C) Efeitos do Cargo de Confiança	353
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	354
3. Diretores Empregados	356
A) Diretor Recrutado Externamente	357
Contraponto de Vertentes	359
B) Empregado Eleito Diretor	359
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	361
A) Incompatibilidade de Figuras	362
B) Assimilação de Figuras	362
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas	363
D) Sociedade como Simulação	363
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	364
1. Definição	364
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	366
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais	366
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros	367
B) Elemento Fático-jurídico da Não-eventualidade	368
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	370
a) Finalidade Não-lucrativa dos Serviços	370
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família	372
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa	373
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	374
4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas	376
A) Férias Anuais Remuneradas	376
B) Licença-paternidade e Licença-gestante	377
C) Garantia de Emprego à Gestante	378
V. EMPREGADO RURAL	379
1. Evolução Jurídica	379
A) Fase de Restrição de Direitos	380
B) Aproximação de Situações Jurídicas	380
C) Fase Contemporânea: diferenciações tópicas	381
Unificação do Prazo Prescricional	382

2. Caracterização do Empregado Rural	383
A) Antigo Critério Celetista	383
B) Critério Hoje Prevalente	384
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	385
a) Enquadramento Rurícola do Empregador	385
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico	386
3. Caracterização do Empregador Rural	386

CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO	389
Definição da CLT: análise crítica	389
II. EMPREGADOR: CARACTERIZAÇÃO	391
1. Despersonalização	391
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	393
Atenuações do Risco Empresarial	394
3. Empresa e Estabelecimento	395
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS	397
1. Definição	397
2. Objetivos da Figura	397
3. Caracterização do Grupo Econômico	398
A) Abrangência Objetiva	398
B) Abrangência Subjetiva	399
C) Nexos Relacionais Interempresas	400
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	402
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	402
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único	403
5. Aspectos Processuais	405
IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	406
1. Definição e Denominação	406
2. Sucessão Trabalhista: caracterização	407
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão	408
B) Situações-tipo Novas de Sucessão	409
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	410
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica	410

Título Jurídico da Transferência	412
B) Continuidade na Prestação Laborativa	413
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos	414
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista	415
A) Fundamentação Doutrinária	415
B) Fundamentação Legal	416
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista	416
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	418
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial	418
Cláusula de Não-responsabilização	419
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido	420
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão	421
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	422
A) Figuras Civilistas Clássicas	423
B) Singularidade Trabalhista	424
V. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES	425

CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	428
Evolução Histórica no Brasil	429
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	431
1. Legislação Heterônoma Estatal	432
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70	432
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83	433
C) Parágrafo Único do art. 442, CLT — cooperativas	434
D) Outras Referências Legais	435
2. Jurisprudência Trabalhista	436
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS	438
1. Terceirização Lícita e Ilícita	438
A) Terceirização Lícita: situações-tipo	439
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas	441
C) Terceirização Ilícita	442
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização	442
A) Vínculo com o Tomador de Serviços	442
B) Isonomia: salário equitativo	443

IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	445
V. TERCEIRIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI N. 6.019/74	449
1. Trabalho Temporário: caracterização	449
2. Hipóteses de Pactuação	451
3. Formalidades e Prazos	452
4. Direitos da Categoria Temporária	453
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo	456
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	456
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes	458
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS	460
1. Competência	460
2. Litisconsórcio Passivo	461
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO ..	461
1. Terceirização e Não-discriminação Remuneratória — salário equitativo ...	462
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista	466
3. Terceirização e Atuação Sindical	468

CAPÍTULO XIV

RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS

I. INTRODUÇÃO	471
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO ...	471
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO DA PESSOA JURÍDICA	473
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	476
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGADO	477
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS) ...	479
1. Situações de Não-responsabilização	480
2. Situações de Responsabilização	480
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES	484

CAPÍTULO XV

CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES

I. INTRODUÇÃO	488
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	489
1. Definição	489
Definição da CLT: crítica	490

2. Denominação	490
3. Caracteres	492
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	496
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	498
A) Capacidade das Partes	498
B) Licitude do Objeto	501
C) Forma Regular ou Não Proibida	502
Forma e Prova	503
D) Higiidez de Manifestação da Vontade	504
2. Elementos Naturais do Contrato	505
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	506
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES	507
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	507
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista	508
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	509
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista	511
2. Tipos de Nulidades	511
A) Nulidade Total e Parcial	511
B) Nulidade Absoluta e Relativa	512
3. Nulidade e Prescrição	513

CAPÍTULO XVI

CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO	514
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	514
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	516
1. Distinções	516
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	517
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	518
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	519
1. Aspectos Gerais	519
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	520
A) Interrupção e Suspensão Contratuais	521
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	521
C) Efeitos Rescisórios	521

V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	523
1. Hipóteses de Pactuação	524
2. Meios de Fixação do Termo Final	527
3. Prazos Legais	529
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais	529
5. Indeterminação Contratual Automática (“Novação”)	530
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	532
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo	534
Acidente de Trabalho: exceção isolada	535
8. Contratos a Termo: forma e prova	536
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	538

CAPÍTULO XVII TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO	541
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	541
1. Contrato de Experiência	541
A) Caracterização	543
B) Efeitos Contratuais	544
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência	545
2. Contrato de Safra	548
3. Contrato de Obra Certa	550
4. Contrato por Temporada	552
III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, DE 1998 ..	554
1. Celebração Contratual	555
A) Hipóteses de Pactuação	555
B) Requisitos do Contrato	555
2. Caracterização da Figura Jurídica	556
A) Denominação	557
B) Características Trabalhistas Comuns	559
a) Prazo de Duração	559
b) Meios de Fixação do Termo Final	559
c) Sucessividade Contratual	560
d) Tempo de Serviço (<i>Accessio Temporis</i>)	562

C) Características Trabalhistas Especiais	564
a) Pactuação do Contrato	565
b) Formalidade Contratual	565
c) Prorrogação Contratual	566
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos	568
Acidente do Trabalho: exceção rescisória	570
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis	571
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos	571
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98	572
C) Parcelas Trabalhistas Novas	573
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos	573
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes	574
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	575
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego	575
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	577
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	579
a) Incompatibilidades Globais	579
b) Incompatibilidades Tópicas	580

CAPÍTULO XVIII

CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO	582
Contratos de Atividade	582
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ..	582
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	584
Pequena Empreitada na CLT	586
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	587
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	589
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	591
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMER- CIAL (OU AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO)	594
1. Representação Comercial ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica...	594
A) Caracterização	594
B) Remuneração	595
C) Rescisão Contratual	595

2. Representação Mercantil ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	596
3. Empregado Vendedor: regras próprias	598
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas	599
a) Conceito e Natureza	599
b) Dinâmica Comissional	600
B) Pagamento da Comissão	601
C) Ultimação do Negócio — data presumida	601
D) Risco Concernente às Vendas	602
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	602
F) Exclusividade de Zona de Trabalho	602
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	603

CAPÍTULO XIX
EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO:
PRÓPRIOS E CONEXOS

I. INTRODUÇÃO	605
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	606
1. Obrigações do Empregador	606
2. Obrigações do Empregado	606
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato	607
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	607
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	608
Natureza Jurídica	608
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	608
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato	609
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	610
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais	611
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	612
1. Indenização por Dano Moral ou à Imagem	613
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	614
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos	617
A) Requisitos Clássicos	617
B) Objetivação da Responsabilidade	619

C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade	620
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório	621
A) Critérios Orientativos para a Aferição do Dano	621
B) Valor Indenizatório	623
5. Competência Judicial	625

CAPÍTULO XX

O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO	628
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	629
1. Conceituação	629
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico	629
2. Caracterização	631
A) Poder Diretivo	631
B) Poder Regulamentar	632
Natureza dos Dispositivos Regulamentares	633
C) Poder Fiscalizatório	634
Limites ao Poder de Controle	634
D) Poder Disciplinar	636
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	638
1. Fundamentos Doutrinários	638
A) Propriedade Privada	639
B) Institucionalismo	640
C) Delegação do Poder Público	641
D) Contrato	643
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	645
2. Fundamentos Legais	647
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	648
1. Concepções Tradicionais	649
A) Direito Potestativo	649
B) Direito Subjetivo	650
C) <i>Status</i> Jurídico	651

D) Direito-função	653
Poder e Cidadania	655
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa	656
Virtudes da Concepção Relacional	657
V. O PODER DISCIPLINAR	659
1. Fundamentos	660
A) Posição Negativista	660
B) Posição Autonomista	661
C) Vertente Intermediária	662
2. Infrações Características	663
A) Critérios de Caracterização	663
B) Infrações Obreiras Tipificadas	664
3. Penalidades Características	666
A) Modalidades Acolhidas	666
B) Modalidades Rejeitadas	668
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes)	670
A) Requisitos Objetivos	671
B) Requisitos Subjetivos	672
C) Requisitos Circunstanciais	673
5. Intervenção Judicial	677
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	679

CAPÍTULO XXI

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

I. INTRODUÇÃO	681
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	681
1. Salário: definição	681
2. Remuneração: definição e distinções	682
Remuneração e Gorjetas	683
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	686
1. Denominações Impróprias	687
2. Denominações Próprias	690
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES	693
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais)	693

2. Parcelas Salariais Dissimuladas	695
Diárias para Viagem e Ajudas de Custo	695
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	696
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	697
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal)	704
VI. CARACTERES DO SALÁRIO	706
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	712
1. Tipologias Principais	712
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	714
A) Salário por Unidade de Tempo	714
B) Salário por Unidade de Obra	715
C) Salário-Tarefa	717
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	718
1. Caracterização do Salário-utilidade	718
A) Requisitos Essenciais	718
Excludentes do Salário-utilidade	719
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade	723
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade	725
3. Rol de Utilidades Pertinentes	726
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	726
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial	727
B) Valor da Utilidade no Contrato	728
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo	730
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	732
1. Salário Básico	732
2. Abono	733
3. Adicionais	735
4. Gratificações	738
5. 13º Salário	740
6. Comissões	742
Vendedores, Viajantes ou Pracistas	744
7. Prêmios	747
8. Outras Parcelas Salariais	749

CAPÍTULO XXII
SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO	752
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO	753
1. Irredutibilidade Salarial	754
2. Correção Salarial Automática	757
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo	760
A) Salário Mínimo Legal	760
B) Salário Profissional	761
C) Salário Normativo e Salário Convencional	762
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR	762
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	764
A) Tempo de Pagamento	764
B) Lugar de Pagamento	765
C) Meios de Pagamento	766
2. Irredutibilidade Salarial	769
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos	769
A) Regra Geral de Intangibilidade	769
B) Descontos Salariais Autorizados	769
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos	773
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	773
1. Não-discriminação e Isonomia: distinções	774
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	777
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	777
4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias	778
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988	780
A) Discriminação Contra a Mulher	780
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos	783
C) Discriminação Contra o Estrangeiro	785
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência	785
E) Discriminação em Função do Tipo de Trabalho	786
F) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso	787

6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários	788
A) Requisitos da Equiparação Salarial	788
a) Identidade de Funções	789
b) Identidade de Empregador	790
c) Identidade de Localidade	791
d) Simultaneidade no Exercício Funcional	792
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório	792
a) Diferença de Perfeição Técnica	793
b) Diferença de Produtividade	794
Uma Particularidade: salário por unidade de obra	795
c) Diferença de Tempo de Serviço	795
d) Existência de Quadro de Carreira	795
e) Paradigma em Readaptação Funcional	796
C) Equiparação Salarial: ônus da prova	796
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira	797
A) Requisitos do Quadro de Carreira	797
B) Proteções Antidiscriminatórias	799
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados	800
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual	800
B) “Substituição Permanente”: ocupação de cargo vago	801
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista	802
A) Trabalho Terceirizado Temporário	803
B) Trabalho Terceirizado Permanente	804
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito	806
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais	806
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita	808
V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR	810
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista	811
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista	813
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas	815
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	818
3. Proteção Jurídica na Falência do Empregador	819
Competência Judicial	821

4. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	822
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO	823
1. Impenhorabilidade do Salário	824
2. Restrições à Compensação	825
3. Critério de Correção Monetária	826
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	828

CAPÍTULO XXIII **DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA**

I. INTRODUÇÃO	830
1. Jornada e Salário	830
2. Jornada e Saúde no Trabalho	831
3. Jornada e Emprego	833
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	835
1. Duração do Trabalho	835
2. Jornada de Trabalho	835
3. Horário de Trabalho	836
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	837
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada	837
A) Tempo Efetivamente Trabalhado	838
B) Tempo à Disposição	838
C) Tempo de Deslocamento	839
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i>	840
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada	842
A) Tempo de Prontidão	842
B) Tempo de Sobreaviso	843
Tempo de Sobreaviso — BIPs e telefones celulares	844
C) Tempo Residual à Disposição	845
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares	846
A) Tronco Básico	846
B) Componentes Suplementares	846
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	848
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada	848
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	849
A) Critérios Gerais Informativos	849

B) Flexibilização e Compensação de Jornada	854
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98)	854
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98)	859
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98)	863
Dinâmica do Banco de Horas	867
d) Restrições ao Regime Compensatório	869
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE	872
1. Modalidades de Jornada de Trabalho	872
2. Jornadas Controladas	873
3. Jornadas Não Controladas	874
4. Jornada Não Tipificada	876
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO	877
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO	879
1. Caracterização das Jornadas Especiais	879
2. Categorias Específicas	880
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento	881
A) Caracterização da Figura Jurídica	882
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88	884
4. Atividade Contínua de Digitação	885
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA	888
1. Caracterização da Jornada Extraordinária	888
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar	889
B) Prorrogações Regulares e Irregulares	891
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias	892
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação	892
a) Acordo de Prorrogação de Jornada	892
b) Regime de Compensação de Jornada	895
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior	896
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis	898
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais	899
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação	901
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	903
3. Efeitos da Jornada Extraordinária	905

IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL	906
1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação	907
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial	909
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	910
X. JORNADA NOTURNA	911
1. Parâmetros da Jornada Noturna	912
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna	913
3. Restrições ao Trabalho Noturno	915

CAPÍTULO XXIV
PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS,
REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS

I. INTRODUÇÃO	916
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA	917
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas	917
A) Intervalos e Saúde no Trabalho	917
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites	919
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas	922
3. Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos	923
A) Objetivos dos Intervalos Intraornadas	923
B) Classificação dos Intervalos Intraornadas	924
a) Intervalos Comuns e Especiais	924
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	925
Quadro de Intervalos Intraornadas	926
C) Intervalos Intraornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	927
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado	927
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado	927
D) Intervalos Intraornadas: outras regras aplicáveis	929
3. Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos	930
A) Objetivos dos Intervalos Interornadas	930
B) Classificação dos Intervalos Interornadas	931
a) Intervalos Interornadas e Intersemanais	931
b) Intervalos Comuns e Especiais	932
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	933
Quadro de Intervalos Interornadas	933
C) Intervalos Interornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito ...	934
a) Desrespeito ao Intervalo Interornadas	934
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal	935

III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA	935
1. Aproximação das Figuras Jurídicas	935
Normatização Aplicável	936
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos	938
A) Caracterização do Descanso Semanal	938
a) Lapso Temporal	938
b) Ocorrência Semanal do Descanso	939
c) Coincidência Preferencial com o Domingo	940
d) Imperatividade do Descanso Semanal	942
B) Remuneração do Descanso Semanal	942
a) Requisitos da Remuneração	942
b) Valor da Remuneração	943
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado	944
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos ...	945
A) Tipos de Feriados	946
a) Feriados Cíveis e Religiosos	946
a.1) Feriados Cíveis	946
a.2) Feriados Religiosos	948
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais	948

CAPÍTULO XXV

PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO	949
1. Objetivos das Férias	949
2. Normatização Aplicável	950
II. CARACTERIZAÇÃO	951
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	954
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo)	955
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	955
Situações Especiais	956
3. Duração das Férias Adquiridas	957
A) Duração Genérica das Férias	957
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial	958
Restrições Específicas	960
C) Duração em Contratos Domésticos	961